Boletim de Jurisprudência

Secretaria de Gestão da Informação, Projetos e Normas
Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Seção de Editoração e Divulgação de Publicações Técnicas

36/2016

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março está disponível na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Geral

1- Ação civil pública no processo do trabalho. Pertinência. É pertinente o manejo de ação civil pública no processo do trabalho na hipótese em que se defende direitos comuns a um grupo de empregados e que haja utilidade e repercussão social (= capacidade de solucionar ou de prevenir conflitos). 2 - Registro de frequência por exceção. Invalidez. Em face do disposto no art. 74 da CLT, o controle de frequência do empregado é sempre uma ação deste, nunca uma omissão. Os "sistemas alternativos eletrônicos" previstos na Portaria nº 373, de 25 de fevereiro de 2011, do MTE, são bem-vindos e próprios da dinâmica da vida moderna e da evolução dos equipamentos de informática, mas em passo algum superam a premissa maior: deve ser uma AÇÃO por parte do empregado, o que não é dispensável nem mesmo por autorização prevista em cláusula de acordo/convenção coletiva. 3 - Consulta da situação creditícia para admissão ou manutenção do emprego. Impossibilidade como regra geral. A possibilidade do empregador consultar a situação creditícia de seus empregados e dos candidatos a emprego somente é lícita em condições excepcionais, em cargos estratégicos e por razões justificadas. Como política de gestão de pessoas, de aplicação geral, caracteriza conduta discriminatória e impeditiva de acesso ao emprego, o que vai de encontro ao disposto no art. 170 da Constituição Federal, segundo o qual a ordem econômica tem por fim "assegurar a todos existência digna, conforme ditames da justiça social". (TRT/SP - 00002605120145020052 - RO - Ac. 5ªT [20160390758](#) - Rel. José Ruffolo - DOE 22/06/2016)

AERONAUTA

Jornada

Diferenças de adicional noturno, horas de solo. O art. 41 da Lei dos Aeronautas prevê o pagamento do adicional noturno e aplicação da hora ficta apenas para as horas de vôo noturno, não excluindo, porém, a observância do estabelecido em contrato. Contudo o contrato de trabalho celebrado entre as partes não dispõe de maneira diversa a respeito dessa questão, razão pela qual não há fundamento jurídico para a pretensão de pagamento do adicional sobre as horas de solo. Assim, indevidas as diferenças postuladas, não merecendo reforma a r. sentença neste aspecto. (PJe TRT/SP [10005106620155020720](#) - 5ªTurma - RO - Rel. Maria da Conceição Batista - DEJT 13/09/2016)

Aeronauta. Horas de sobreaviso. Se o empregado pode dispor livremente de seu tempo de descanso e mesmo daquele que o ultrapassa, instalado em hotéis, quando fora da sede, podendo desfrutar do que o hotel lhe proporcionar ou sair para passeios externos, com a única obrigação de deixar telefone de contato, e sequer havendo punição no caso de recusa do voo oferecido, não está caracterizada permanência em sobreaviso. Recurso ordinário do autor a que se nega provimento. (PJe-JT TRT/SP [10000157620155020702](#) - 1ªTurma - RO - Rel. Maria José Bighetti Ordoño Rebello - DEJT 31/05/2016)

ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Efeitos

Mudança de turno. Alteração unilateral do contrato configurada e com aptidão para resilição contratual indireta. A alteração em horário do turno sem a concordância do autor, em horário incompatível com a obrigação assumida na faculdade (frequência) configura alteração contratual ilícita, prejudicial ao obreiro à luz do artigo 468, da CLT e constitui falta grave para ensejar a rescisão indireta do contrato com base no artigo 483, alínea d da CLT. (TRT/SP - 00011649220145020045 - RO - Ac. 5ªT [20160627952](#) - Rel. Maria da Conceição Batista - DOE 29/08/2016)

CARGO DE CONFIANÇA

Configuração

Bancário. Função de confiança de dimensão média. Configuração. Confessando a reclamante o exercício de atribuições superiores àquelas meramente técnicas, genéricas e ordinárias, inerentes ao simples bancário, resta configurado seu enquadramento nas disposições do parágrafo 2º, do art. 224 da CLT. A fidúcia especial não se vincula à mera existência de subordinados ou comando de equipe para fins do enquadramento na função de confiança bancária, conforme se vê da redação do dispositivo legal, mas, efetivamente, à confiança que pode gerar riscos ao empregador. Nego provimento. (TRT/SP - 00019957620155020055 - RO - Ac. 13ªT [20160678913](#) - Rel. Paulo José Ribeiro Mota - DOE 09/09/2016)

CONTRATO DE TRABALHO (EM GERAL)

Multiplicidade de contratos

Dualidade de contratos de trabalho com o mesmo empregador. Uncidade contratual reconhecida. Muito embora a CLT autorize a livre pactuação das condições de trabalho (art. 444), ela não dá nenhuma margem para que se estabeleça um contrato específico, seja para cada função desempenhada pelo empregado, seja para cada local de prestação de serviços ou ainda, para cada jornada de trabalho desempenhada. Além disso, a dicção do art. 442 da CLT traz, de forma latente, a idéia de que a relação de emprego é única e, embora possa se desdobrar em várias tarefas, locais ou horários, o contrato deve único, correspondendo à integralidade dessa relação única. (TRT/SP - 00025210820145020078 - RO - Ac. 5ªT [20160291679](#) - Rel. Mauro Schiavi - DOE 13/05/2016)

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (LEGAL OU VOLUNTÁRIA)

Patronal

Contribuição assistencial patronal. Empresa não associada do sindicato. Indevida. Consoante jurisprudência dominante em nossos tribunais, a contribuição assistencial compulsória não obriga os membros pertencentes à categoria que não sejam sindicalizados, sendo incabível, pois, a propositura de demanda contra a empresa objetivando recolhimento de referida contribuição. E isso porque o artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 prevê a possibilidade do sindicato fixar contribuição para custeio do sistema confederativo por assembléia geral de forma genérica, necessitando de legislação específica que fixe os critérios do direito coletivo enunciado na Lei Maior e coíba o exercício abusivo desse direito,

justamente pelo seu conteúdo meramente programático. E ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, princípio consagrado pelo artigo 5º, inciso III, do mesmo diploma. Perfeitamente aplicáveis à hipótese dos autos, por analogia, o Precedente Normativo 119 e a Orientação Jurisprudencial 17, da SDC, ambas do C. TST, que acenam para a vedação da fixação de referidas contribuições através de convenções e dissídios coletivos obrigando a todos os membros da categoria. Nesse mesmo sentido a Súmula 666 do STF. (TRT/SP - 00011843820155020081 - RO - Ac. 7ªT [20160358498](#) - Rel. Dóris Ribeiro Torres Prina - DOE 10/06/2016)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por atos discriminatórios

Dispensa discriminatória não configurada. Súmula 443 do tst. Inaplicabilidade. Reintegração indevida. Segundo a Súmula 443 do TST, é presumível a dispensa discriminatória do empregado portador de doenças graves, ainda que não guardem nexos causal ou concausal com o trabalho, mas capazes de causar estigma e preconceito, a exemplo dos portadores de HIV. Contudo, no caso dos autos, as alegadas dores na coluna e nas costelas não se enquadram na situação visada pela cristalização jurisprudencial. Apelo improvido. (TRT/SP - 00030108520125020055 - RO - Ac. 3ªT [20160220003](#) - Rel. Kyong Mi Lee - DOE 20/04/2016)

Indenização por dano moral em geral

Indenização por dano moral. Demora na rendição. Uso do banheiro. Devida. A indenização por dano moral exige que os fatos, tidos por geradores, atinjam a honra ou a intimidade do trabalhador, de forma a macular sua imagem. Trata-se, em outras palavras, da inafastável hipótese em que a ação ou omissão perpetradas pelo empregador propiciam violação e constrangimento à honra, imagem e intimidade do trabalhador, emergindo daí o dever de reparar (arts. 186 e 927, Código Civil). No presente caso, da análise de todo o processado, depreende-se inequívoca lesão a um dos direitos da personalidade, qual seja, a dignidade do trabalhador, uma vez que o reclamante foi obrigado a esperar a rendição de outro colega para ir ao banheiro, chegando a aguardar por mais de 1h20min, causando-lhe, assim, aflição e angústia, além de ter sido exposto a situação humilhante e constrangedora por ter feito suas necessidades fisiológicas na própria calça. Apelo da reclamada não provido, no particular. (TRT/SP - 00021371920145020022 - RO - Ac. 18ªT [20160501045](#) - Rel. Lilian Gonçalves - DOE 18/07/2016)

Dano existencial. Ausência de prova contundente. Indenização indevida. O dano existencial tem todos os aspectos do dano moral; apenas o particulariza como o dano causado pela frustração do trabalhador em não realizar um projeto de vida e no prejuízo das relações sociais e familiares, como reconheceu o C. TST, no julgamento do processo 7277620115240004 da lavra do Exmo. Ministro Hugo Carlos Scheuermann. Entretanto, o dano existencial, assim como o dano moral, exige prova das alegações, pois a responsabilidade civil subjetiva apta a ensejar a reparação requer a presença de três elementos, a saber: o dano, o nexo de causalidade e a culpa empresarial, o que não se verifica na hipótese dos autos. Isto porque, como bem salientado pelo MM. Juízo a quo, o autor nem sequer mencionou os efetivos prejuízos à sua existência, e não apontou quais projetos de vida teria sido privado de realizar. De resto, a mera alegação de sofrimento de dano existencial sem a demonstração da efetiva repercussão em sua vida pessoal

não é capaz de gerar o direito à indenização pretendida. (PJe-JT TRT/SP [10002886420155020602](#) - 11ª Turma - RO - Rel. Sérgio Roberto Rodrigues - DEJT 31/03/2016)

Indenização por dano moral por doença ocupacional

Doença laboral. Perícia psicológica. Nexo de causalidade. Danos morais. Ainda que se considere que, de fato, o magistrado não esteja adstrito às conclusões do laudo pericial há que se ter em mente que o expert é quem detem o conhecimento técnico e científico para avaliar as condições de saúde do autor, ainda mais levando-se em conta tratar-se de doença psicológica de cunho altamente subjetivo. Desta forma, havendo prova nos autos quanto à existência de nexo causal entre a patologia do reclamante e o trabalho por ele desenvolvido na empresa, bem como a culpa lato sensu da reclamada, devido o pagamento de indenização por danos morais. Recurso ordinário do reclamante provido. (TRT/SP - 00041007120095020302 - RO - Ac. 3ªT [20160637095](#) - Rel. Luciana Carla Corrêa Bertocco - DOE 31/08/2016)

Doença profissional. Concausa. Culpa do empregador. Indenização por danos morais e materiais. O empregador deve reduzir os riscos do ambiente de trabalho, com a observância das normas de saúde, higiene e segurança, consoante dispõe o art. 7º, XXII, da Constituição Federal. Negligenciadas tais regras e tendo concorrido para o desencadeamento ou agravamento de doenças profissionais que resultaram na redução da capacidade laborativa do empregado, deve arcar com as indenizações respectivas. (TRT/SP - 00007405920135020312 - RO - Ac. 3ªT [20160636790](#) - Rel. Mylene Pereira Ramos - DOE 31/08/2016)

DEFICIENTE FÍSICO

Geral

Portador de deficiência. Dispensa. O art. 93 da Lei nº 8.213/91 impõe limites ao poder potestativo do empregador, condicionando a dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado à contratação prévia de substituto em condição semelhante. Não cumprida a determinação legal, impõe-se a recondução do trabalhador ao seu posto, haja vista que a norma é de ordem pública e visa reduzir desigualdades conferidas às pessoas pela própria natureza ou decorrentes de eventuais adversidades ocorridas durante o passar da vida. (TRT/SP - 00010801320145020362 - RO - Ac. 3ªT [20160534270](#) - Rel. Rosana de Almeida Buono - DOE 02/08/2016)

DOCUMENTOS

Valor probante

Ausência do advogado à audiência de instrução. Atestado médico. Cerceamento de defesa não provado. A juntada de atestado médico que não contém o horário do atendimento realizado à i. patrona da autora, não constitui prova de que o mal estar que a acometeu ocorreu durante seu deslocamento para a Vara do Trabalho, situação que não permite constatar se efetivamente houve impedimento para seu comparecimento à audiência designada para a mesma data. O documento em comento não se revela suficiente para demonstrar a real impossibilidade de locomoção da advogada no dia da audiência. (TRT/SP - 00010318320155020055 - RO - Ac. 7ªT [20160432566](#) - Rel. Dóris Ribeiro Torres Prina - DOE 01/07/2016)

EMPRESA (CONSÓRCIO)

Solidariedade

Sociedade anônima. Responsabilidade. Efeitos. Nada impede a sociedade anônima de capital aberto de ser responsabilizada por débitos relativos a empresas que já fizeram parte de seu grupo econômico, notadamente quando o controle e a administração da empresa executada esteve nas mãos de membros de uma mesma família, que, por isso, não podem ser tratados como simples acionistas. Agravo de Petição da executada a que se nega provimento. (TRT/SP - 00587006120055020050 - AP - Ac. 11ªT [20160340882](#) - Rel. Eduardo de Azevedo Silva - DOE 02/06/2016)

Responsabilidade solidária. Grupo econômico. Caracterização. Embora o artigo 2º, parágrafo 2º, da CLT, faça alusão à prevalência de uma empresa-matriz sobre as outras, de forma vertical, a caracterização de grupo econômico pode decorrer, também, da ingerência ou gestão horizontal, com ou sem predominância de uma empresa sobre a outra. Também o controle horizontal caracteriza o grupo de empresas. No caso dos autos, restou plenamente configurada a comunhão de interesses entre as reclamadas, caracterizando o grupo econômico e a responsabilidade solidária das mesmas, nos termos da norma Consolidada. Recursos ordinários das reclamadas a que se nega provimento. (TRT/SP - 00009983720145020085 - RO - Ac. 13ªT [20160678921](#) - Rel. Paulo José Ribeiro Mota - DOE 09/09/2016)

EXECUÇÃO

Informações da Receita Federal e outros

Agravo de petição. Sistema de investigação de movimentação bancária. Não há óbice para o deferimento da pesquisa ao Sistema de Investigação de Movimentação Bancária, tendo em vista que tal sistema pode contribuir para a efetivação da celeridade e da entrega da prestação jurisdicional, considerando, ainda, o estado em que se encontra o processo. Agravo de petição do exequente a que se dá provimento. (TRT/SP - 01423008620035020005 - AP - Ac. 3ªT [20160636471](#) - Rel. Luciana Carla Corrêa Bertocco - DOE 31/08/2016)

Penhora. Em geral

Doação de imóvel. Fraude a direitos trabalhistas. Artigo 9º da CLT. A declaração de nulidade da transferência de titularidade de imóvel (doação) sob o fundamento de que visou exclusivamente burlar direitos trabalhistas, ensejando a aplicação do artigo 9º da CLT, deve estar robustamente provada nos autos, não podendo ser objeto de mera presunção. Não havendo provas robustas neste sentido, não se pode declarar a nulidade do ato jurídico perfeito e, conseqüentemente, manter-se a constrição judicial. Agravo de petição a que se dá provimento. (TRT/SP - 00875001120045020317 - AP - Ac. 3ªT [20160314610](#) - Rel. Mércia Tomazinho - DOE 25/05/2016)

Penhora. Impenhorabilidade

Bem de família. Moradia permanente no local. Requisito indispensável. A modalidade jurídica que se pretende atribuir ao imóvel em discussão requer apenas que ele seja o único destinado à residência da unidade familiar e da própria agravante, não vogando, por si só, o fato do bem ter alto valor e ser, ou

não, o único de propriedade dela. (TRT/SP - 00026760220145020081 - AP - Ac. 11ªT [20160162321](#) - Rel. Sergio Roberto Rodrigues - DOE 05/04/2016)

FALÊNCIA

Recuperação Judicial

A recuperação judicial da devedora principal indica, por si só, sua incapacidade financeira, pelo que o prosseguimento da execução perante o MM. Juízo da Recuperação Judicial constituiria mero entrave à razoável duração do processo, elevado à condição de direito fundamental com a edição da Emenda Constitucional nº 45 de 08/12/2004 (artigo 5º, LXXVIII, CF/88), a par, ainda, da natureza alimentar e privilegiada do crédito trabalhista. Nesse contexto, é legítimo o prosseguimento da execução em face do devedor subsidiário constante no título executivo judicial. (TRT/SP - 00005691920125020060 - AP - Ac. 17ªT [20160365192](#) - Rel. Moises dos Santos Heitor - DOE 08/06/2016)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Configuração

Adicional de insalubridade. Pacientes em isolamento. Doenças infecto-contagiosas. Devido. O trabalho em contato permanente com pacientes em isolamento por doenças infecto-contagiosas, bem como objetos do seu uso não previamente esterilizados, gera direito ao adicional de insalubridade em grau máximo. (TRT/SP - 00026288520125020025 - RO - Ac. 5ªT [20160584323](#) - Rel. José Ruffolo - DOE 19/08/2016)

JUSTA CAUSA

Desídia

Término do contrato. Justa causa. Desídia. Faltas injustificadas. Contrato de trabalho, com vigência de 08 meses, nos quais o trabalhador já havia sido penalizado com três suspensões por ausências injustificadas e, ainda assim, reiterou a falta, não retornando mais ao trabalho, mesmo depois do envio de vários telegramas pela empregadora solicitando o seu comparecimento. Justa causa configurada. (PJe-JT TRT/SP [10007446120155020263](#) - 6ªTurma - ROPS - Rel. Rafael Edson Pugliese Ribeiro - DEJT 14/06/2016)

Dosagem da pena

Justa causa em razão de opinião externada pela empregada em seu facebook. Falta grave não caracterizada. *In casu*, a falta grave foi aplicada em razão de postagem no facebook da empregada, cujo conteúdo a ré entendeu ser inadequado. *Ab initio*, causa espécie que a empresa invada o perfil virtual da trabalhadora para censurar suas opiniões. Ora, nosso país preza a liberdade de expressão e a Constituição que veio reconstruir nossa ainda incipiente democracia é enfática em diversos dispositivos ao consagrar a liberdade como fundamento para uma convivência humana plural, harmônica, inclusiva e tolerante. Já no art. 1º a CF insere entre os pilares da República a democracia (*caput*), a cidadania (inciso II), a dignidade da pessoa humana (III) e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa (IV). Já o art. 5º, ao tratar dos Direitos e Garantias Individuais Fundamentais, proclama a igualdade, e inviolabilidade do direito à liberdade, privacidade e intimidade. E a livre manifestação do pensamento (IV) é direito de todos, o que inclui a manifestação de opinião como um direito inalienável da

pessoa humana. Não se nega o direito da empresa de proteger sua honra e imagem. Todavia, da análise da prova é de se concluir que tais violações não restaram configuradas, e tampouco o mau procedimento imputado à reclamante. É irrecusável o valor das redes sociais e da internet como um território livre onde as opiniões trafegam com intensidade nunca vista. Infelizmente, como espaço livre, acaba por ensejar abusos, muitos deles praticados por conta do anonimato. No que interessa às relações de trabalho, não se desconhece que este espaço, que deveria estar reservado ao trânsito qualificado de idéias e opiniões enriquecendo o exercício da democracia, por vezes tem sido apropriado para destilar mágoas e ofensas, suscetíveis de ocasionar danos à imagem de empregadores ou empregados. Tampouco se desconhece que certas manifestações de empregados em redes sociais podem atingir as empresas, inclusive tornando públicas questões sigilosas, privadas e dependendo da gravidade e dimensão, configurar falta grave, como pondera o magistrado de origem. Todavia, no atual estágio da evolução tecnológica e do mundo globalizado e cada vez mais conectado, é corriqueiro o contato das pessoas por meio de redes sociais (facebook, entre outros), sendo certo que, muitos utilizam referido meio de comunicação, como forma de diário, de desabafo, como aconteceu com a autora, bastante compreensível, notadamente por não ter conseguido sua alteração de horário, consoante das e dependendo da gravidade e dimensão, configurar falta grave, como pondera o magistrado de origem. Todavia, no atual estágio da evolução tecnológica e do mundo globalizado e cada vez mais conectado, é corriqueiro o contato das pessoas por meio de redes sociais (facebook, entre outros), sendo certo que, muitos utilizam referido meio de comunicação, como forma de diário, de desabafo, como aconteceu com a autora, bastante compreensível, notadamente por não ter conseguido sua alteração de horário, consoante os termos da exordial. Da leitura atenta das considerações feitas pela demandante em sua página do Facebook, constata-se que embora desprovidas de maior cautela, tais postagens não foram realizadas com intuito de constranger, ofender e atingir a imagem da demandada: a uma, porque em momento algum o nome da empresa foi mencionado; a duas, o compartilhamento se deu apenas com pessoas do ciclo de amizade da autora, sendo irrelevante que dentre estas pessoas figurassem alguns colegas de trabalho; a três, o ocorrido não tem gravidade suficiente a justificar a incidência da pena capital trabalhista. Com efeito, a aplicação das penalidades, sempre que possível, deve obedecer um critério de razoabilidade e justiça, recomendando-se a sua aplicação de forma gradativa e pedagógica, levando em conta fatos concretos e o histórico profissional do trabalhador. *In casu*, a aplicação de uma advertência, censura ou suspensão já seria um excesso, beirando a punição por "delito de opinião". Que dizer então de uma justa causa? E apenas pelo fato de descobrir a empresa, invadindo o facebook da trabalhadora, que esta ali expressara alguma sorte de desabafo a respeito do trabalho. Certamente ao deparar-se com uma empregada descontente, mais adequado seria que a empresa cuidasse de saber as causas dessa queixa e buscar uma condição de harmonia de modo a ensejar a continuidade da prestação laboral. Sem qualquer nódoa curricular pretérita, a punição aplicada à autora revelou-se descabida e excessivamente rigorosa. E se diante do ocorrido, a reclamada entendeu impossível o prosseguimento do pacto laboral, deveria, ao menos ter promovido a dispensa da autora sem justa causa, com o oferecimento das verbas rescisórias. Insubsistente a justa causa por mau procedimento, restam devidas as verbas rescisórias. Sentença mantida. (TRT/SP - 00010216920155020433 - RO - Ac. 4ªT [20160195041](#) - Rel. Ricardo Artur Costa e Trigueiros - DOE 15/04/2016)

MENOR

Aprendizado metódico

Contrato de aprendizagem. Válida a contratação do reclamante como aprendiz, por preenchidos os requisitos do art. 428 e seguintes da CLT, não prospera o pedido de reconhecimento da relação de emprego direto com a tomadora dos serviços e de verbas consequentes, tampouco o pedido de diferenças salariais decorrentes da equiparação pretendida com empregados da reclamada. Apelo improvido. (TRT/SP - 00022563920145020067 - RO - Ac. 3ªT [20160636773](#) - Rel. Mylene Pereira Ramos - DOE 31/08/2016)

MULTA

Cabimento e limites

Multas normativas. Descumprimento de obrigação de pagar. Indevidas. As multas normativas foram instituídas exclusivamente para descumprimento da obrigação de fazer, hipótese da qual não se cogita, tendo em vista o reconhecimento judicial do descumprimento da obrigação de pagar. Aplico a interpretação restritiva de que trata o art. 114 do Código Civil e, portanto, mantenho o julgado. Apelo do autor não provido, no particular (TRT/SP - 00029116720115020050 - RO - Ac. 18ªT [20160482202](#) - Rel. Lilian Gonçalves - DOE 11/07/2016)

Multa do Artigo 477 da CLT

Contratação por cooperativa. Fraude. Multa do art. 477, § 8º, CLT. Reconhecida a fraude na contratação de empregado, realizada por meio de entidade que se apresenta como cooperativa, a multa do art. 477, § 8º, CLT deve ser deferida, vez que a não quitação das verbas rescisórias ocorreu em razão da fraude perpetrada, não podendo os fraudadores colherem benefícios da sua conduta, entendimento que não contraria o da Súmula 33, II, TRT 2ª Região, vez que no caso em apreço não houve apenas o deferimento de diferenças de verbas rescisórias. (TRT/SP - 00006837620105020011 - RO - Ac. 8ªT [20160235248](#) - Rel. Adalberto Martins - DOE 27/04/2016)

PARTE

Legitimidade em geral

Da preliminar de ilegitimidade passiva. O autor formulou pedidos com relação à segunda reclamada, ora recorrente, o que a torna parte legítima para compor o polo passivo da ação. É a teoria da asserção, segundo a qual as condições da ação são aferidas conforme a narrativa do autor na inicial. As partes da relação processual são as mesmas da relação de direito material. Rejeito. (TRT/SP - 00016903520135020032 - RO - Ac. 2ªT [20160634746](#) - Rel. Beatriz Helena Miguel Jacomini - DOE 01/09/2016)

PERÍCIA

Procedimento

Valor da avaliação do bem imóvel construído. A avaliação do imóvel empreendida pelo Sr. Oficial de Justiça possui como base o valor do mercado, a qual se sobrepõe aos valores estabelecidos pela Municipalidade para fins de cálculo de IPTU e ITBI. (TRT/SP - 00002004920145020482 - AP - Ac. 3ªT [20160534504](#) - Rel. Rosana de Almeida Buono - DOE 02/08/2016)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Cálculo e incidência

Contribuição previdenciária. Fato gerador. Atualização, juros e multa. O fato gerador das contribuições previdenciárias decorrentes de acordo trabalhista é o pagamento da remuneração. Não incidem juros e multa a partir da época da prestação dos serviços. (PJe-JT TRT/SP [10003751420155020701](#) - 6ª Turma - RO - Rel. Rafael Edson Pugliese Ribeiro - DEJT 14/06/2016)

PROCESSO

Litisconsórcio

Litisconsórcio ativo facultativo. A faculdade atribuída ao Juiz prevista no parágrafo único do art. 46 do Código de Processo Civil/1973, aplicável à época da prolação da sentença, não pode se sobrepor à faculdade direcionada às partes contida no art. 842 da CLT, o qual estabelece que "sendo várias as reclamações e havendo identidade de matéria, poderão ser acumuladas num só processo, se se tratar de empregados da mesma empresa ou estabelecimento". Não é lícito ao Juízo obstar a formação do litisconsórcio ativo facultativo se forem atendidos os dois únicos requisitos estabelecidos no referido dispositivo celetista, quais sejam, a existência de identidade de matéria e do mesmo empregador. O desmembramento do feito nesses casos atentaria gravemente contra os princípios da celeridade e da economia processuais. (TRT/SP - 00024954120155020024 - RO - Ac. 12ªT [20160324941](#) - Rel. Marcelo Freire Gonçalves - DOE 03/06/2016)

Preclusão. Em geral

Laudo pericial imprestável. Reabertura da instrução processual. Preclusão. As razões finais constituem o primeiro momento em que a parte pode falar nos autos e deve manifestar seu inconformismo com as nulidades perpetuadas, sob pena de preclusão. No presente caso, nos termos do artigo 795 da CLT, está preclusa a oportunidade para a arguição de nulidade, eis que a reclamante manteve-se inerte no prazo que lhe foi concedido para indicar se pretendia produzir outras provas, bem como no prazo para apresentação de razões finais. Recurso ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 00018214620115020075 - RO - Ac. 3ªT [20160453032](#) - Rel. Margoth Giacomazzi Martins - DOE 05/07/2016)

PROFESSOR

Remuneração e adicionais

Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS. Professor. Hora-atividade. O reclamante, como professor de escola técnica, está submetido à Lei Complementar Estadual 1.044/08, Plano de Carreiras, de Empregos Públicos e Sistema Retributivo dos servidores do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS, que fixa salário por hora-aula e prevê que o tempo destinado às horas atividade dos docentes das unidades de Ensino Técnico de Nível Médio corresponde a 20% do número de horas aula efetivamente ministradas, sendo inaplicável, portanto, o disposto na Lei Federal 11.738/08. Recurso do reclamado a que se dá provimento. (TRT/SP - 00010477920145020020 - RO - Ac. 3ªT [20160456023](#) - Rel. Margoth Giacomazzi Martins - DOE 05/07/2016)

PROVA

Relação de emprego

Artista circense. Ausência de autonomia. Vínculo empregatício reconhecido. Admitida a prestação de serviços, mas alegada ativação com feição diversa do liame empregatício, opera-se a inversão do ônus da prova (arts. 818, da CLT e 333, II, do CPC). Competia, assim, à reclamada, comprovar os fatos modificativos e impeditivos por ela alegados, ônus do qual não se desvencilhou. Com efeito, incumbia-lhe o encargo probatório de que a atividade do reclamante era autônoma, sem as características do art. 3º da CLT. Ao contrário, a prova dos autos evidenciou a subordinação estrutural, com engajamento pessoal do obreiro aos fins do empreendimento econômico da reclamada. Em que pese a testemunha patronal ter narrado que o reclamante poderia não comparecer, tal fato não é apto a comprovar a ausência de pessoalidade no contrato de trabalho. Nesse contexto, fica evidenciado que, no caso dos autos, a testemunha não deixou claro se a substituição por outro colega se dava dentro da própria organização interna do empregador ou se, ao contrário, era o próprio reclamante o responsável por indicar alguém que pudesse substituí-lo, hipótese que o aproximaria mais do pequeno empresário ou profissional liberal substabelecido, conforme lição da doutrina. Ademais, importante observar que a prova oral também não precisou se haveria ou não punição em caso de ausência ao serviço. Essas incertezas quanto a aspectos importantes para a resolução da lide prejudicam a ré, que detinha o ônus de provar, com clareza, a ausência dos requisitos do vínculo empregatício. No tocante à não eventualidade, insta salientar que tal requisito não pode vir em prejuízo dos empregados que atuam em certos ramos específicos, tal como os artistas circenses, onde os eventos ocorrem, em grande maioria, aos finais de semana. Há que se frisar que a habitualidade, prevista como um dos requisitos do vínculo empregatício, refere-se ao regular, habitual, costumeiro, mas não necessariamente diário. O fato de não haver prestação de serviços nos dias úteis não é apto a afastar a conclusão de que houve habitualidade, em especial no caso dos autos, em que a própria testemunha patronal narrou que "nos anos de 2012/2013 via o reclamante todos os finais de semana" (fl. 36). Presentes na relação existente entre as partes os demais requisitos inconfundíveis para a caracterização do vínculo empregatício (onerosidade e subordinação), contidos nos artigos 2º e 3º Consolidados, impõe-se reconhecer o vínculo empregatício. Recurso do obreiro provido no particular. (TRT/SP - 00011884320155020027 - RO - Ac. 4ªT [20160263926](#) - Rel. Ricardo Artur Costa e Trigueiros - DOE 17/05/2016)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Estagiário

Contrato de estágio. Não preenchimento dos requisitos legais. Nulidade. Ao reconhecer a prestação de serviços, compete à ré provar o fato impeditivo/modificativo do direito postulado, ou seja, o cumprimento dos requisitos do contrato de estágio, previstos no art. 3º da Lei nº 11.788/2008, sob pena de configuração do vínculo empregatício, como estabelecido no parágrafo 2º do mesmo dispositivo e seu art. 15. Diante da ausência de prova quanto à frequência escolar da autora, relatórios de atividade e, principalmente, de que o aprendizado prático complementava o ensino escolar, forçoso concluir pela nulidade do contrato de estágio. Apelo da ré improvido no tópico. (TRT/SP - 00019028320145020044 - RO - Ac. 3ªT [20160219943](#) - Rel. Kyong Mi Lee - DOE 20/04/2016)

SALÁRIO (EM GERAL)

Configuração

Recurso ordinário. Ajuste acerca do salário. Diferença entre salário e salário base. Não há que se confundir salário-base com salário, pois o primeiro representa a contraprestação fixa paga pelo empregador sem as demais parcelas, enquanto que o segundo compreende além do salário-base as demais gratificações e adicionais (parágrafo 1º do art. 457 da CLT). A comissão é paga em decorrência da produção alcançada pelo empregado. Ostenta natureza salarial, motivo pelo qual deve integrar o complexo salarial. (TRT/SP - 00032847220135020036 - RO - Ac. 12ªT [20160324992](#) - Rel. Marcelo Freire Gonçalves - DOE 03/06/2016)

SENTENÇA OU ACÓRDÃO

Duplo grau de jurisdição (em geral)

Horas extras. Compensação de dias. Não cabimento. Descabe a pretensão de compensação de domingos laborados com o sábado subsequente não trabalhado, quando a tese não foi submetida à apreciação do Juízo Singular, tendo vindo à baila somente em razões de recurso. Além de consistir em inovação à lide, seu acolhimento ofenderia a coisa julgada resguardada pelo art. 5º da Constituição Federal e ofenderia o art. 879, parágrafo 1º da CLT. Agravo de petição a que se nega provimento. (TRT/SP - 00992006220085020084 - AP - Ac. 3ªT [20160314857](#) - Rel. Mércia Tomazinho - DOE 25/05/2016)

SERVIDOR PÚBLICO (EM GERAL)

Despedimento

Sociedade de economia mista. Demissão imotivada. Impossibilidade. A demissão de todos os empregados celetistas que laboram para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que exerçam serviços públicos deve ser motivada, conforme direcionamento do STF, externado no julgamento do RE 58998, com repercussão geral reconhecida. Todavia, não comprovado nos autos o ato faltoso apontado como motivação para dispensa, imperiosa a manutenção da sentença que declarou nula a dispensa e determinou a reintegração do autor ao emprego. Recurso a que se nega provimento. (TRT/SP - 00026829720145020084 - RO - Ac. 5ªT [20160291172](#) - Rel. Mauro Schiavi - DOE 13/05/2016)

Salário

Recurso ordinário. Sexta parte. Art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo. Servidor público celetista. A expressão "servidor público" utilizada no art. 129 da Constituição do Estado de São Paulo trata-se de gênero do qual são espécies: a) os funcionários públicos regidos pelo regime estatutário e b) os empregados públicos contratados sob a égide da Consolidação das Leis do Trabalho. Com efeito, ao utilizar a expressão "servidor público", referido dispositivo constitucional não fez distinção entre as espécies de servidores, não cabendo ao intérprete da norma fazer tal distinção. Aliás, entendimento contrário implicaria em ofensa ao princípio da isonomia previsto na Constituição Federal. Destarte, conclui-se que a incorporação da vantagem denominada "sexta parte" é devida tanto aos funcionários públicos estaduais, quanto aos empregados públicos regidos pelo regime da CLT. (TRT/SP - 00027184020125020075 - RO - Ac. 12ªT [20160352740](#) - Rel. Marcelo Freire Gonçalves - DOE 10/06/2016)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Representação da categoria e individual. Substituição processual

Ação coletiva. Sindicato. Legitimidade ativa. Entendimento prevalecente no Tribunal Superior do Trabalho: o sindicato é parte legítima para atuar como substituto processual em ação de cumprimento que objetiva obrigar o empregador a regularizar os depósitos para o Fundo de Garantia, pois tais direitos têm origem comum e afetam vários indivíduos da categoria, de sorte que não são considerados direitos individuais heterogêneos. Não descaracteriza a homogeneidade a necessidade de individualização para apuração do valor devido a cada empregado. Daí que não cabe exigir a apresentação do rol de substituídos. Recurso Ordinário do Sindicato autor a que se dá provimento. (TRT/SP - 00023894320155020036 - RO - Ac. 11ªT [20160340912](#) - Rel. Eduardo de Azevedo Silva - DOE 02/06/2016)

TEMPO DE SERVIÇO

Adicional e gratificação

Sabesp. Adicional por tempo de serviço (anuênio) garantido por norma coletiva. A princípio, a ausência de norma coletiva após dezembro/1999 impediria o recebimento de anuênio a partir de janeiro/2000. Contudo, verifica-se que, por mera liberalidade, a reclamada permaneceu quitando a parcela, a qual passou a integrar definitivamente o contrato individual de trabalho, nos termos do art. 468 da CLT, razão pela qual são devidos a integração e reflexos nas demais parcelas salariais. (TRT/SP - 00006472620155020442 - RO - Ac. 8ªT [20160235345](#) - Rel. Adalberto Martins - DOE 27/04/2016)